

## PROJETO DE LEI Nº 03, DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e dá outras providências.

- **Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à(ao) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no âmbito do programa FINISA Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital Resolução CMN nº. 4.995/2022 e suas alterações, destinado à aplicação em DESPESA DE CAPITAL observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- **Art. 2º** Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Barracão-RS, para a execução de obras, serviços e equipamentos, observada a finalidade indicada no Art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e Quotas do Fundo de Participações dos Municípios FPM, a que se refere o artigo 159, inciso I, alíneas "b", "d" e "e" da Constituição Federal.
- § 1º O disposto no caput deste artigo obedece aos ditames contidos nas alíneas "b", "d" e "e" do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, e, na hipótese da extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, parte dos depósitos serão conferidos à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL os poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis no caso de inadimplemento.
- § 2º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.
- § 3º Os poderes previstos neste artigo e nos parágrafos 1º e 2º só poderão ser exercidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na hipótese de O MUNICÍPIO DE BARRACÃO não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das



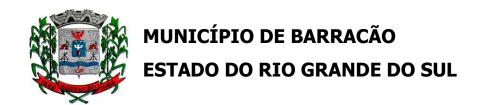
obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos ou operações de crédito celebrados com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

- **Art. 3º** Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.
- **Art. 4º** Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
- **Art. 5º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional limitado ao valor constante no art. 1º destinado a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.
  - **Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barração, 12 de janeiro de 2024.

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI N.º 03, DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Colenda Câmara de Vereadores,

Apraz-nos cumprimentá-los e, na oportunidade, repassar o incluso Projeto de Lei, para análise e apreciação de Vossas Excelências em Sessão Extraordinária.

O presente projeto de lei visa viabilizar a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal até o limite de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Assim, com a aprovação do presente projeto de lei, o município poderá adquirir crédito com prazos de amortização e carência em níveis excelentes, viabilizando a contratação de obras de infraestrutura que, por certo, melhorarão a qualidade de vida dos cidadãos barraconenses.

Sempre com o objetivo de atender as demandas da população, destacamos que o crédito será utilizado para realização de pavimentação nas Ruas BB, CC, DD e EE pertencentes ao Bairro Vila Nova, assim como todas as ruas da quadra M da Loteadora Bela Vista, localizada no Loteamento Jardim Alegre. Ademais, frisa-se que a referida pavimentação comtemplará os loteamentos de baixa renda, bem como o acesso à Escola Municipal de Ensino Infantil Plínio Basso, a qual recebe muitas crianças diariamente, facilitando assim o acesso dos veículos e proporcionando mais segurança aos estudantes e seus pais.

Por fim, ressaltamos que não haverá comprometimento das contas públicas, tendo em vista a arrecadação, e que está muito aquém dos limites permitidos legalmente.

Sendo o que tínhamos para o momento, deixamos os votos da mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

ALDIR ZANELLA DA SILVA,

Prefeito Municipal.